Cuidados não parentais e seu impacto sobre crianças de 2 a 5 anos de idade. Comentários sobre McCartney, Peisner-Feinberg, e Ahnert e Lamb

W. Steven Barnett, PhD

National Institute for Early Education Research, EUA

Fevereiro 2004

Introdução

McCartney, Peisner-Feinberg e Ahnert e Lamb revisaram as pesquisas sobre as esperanças e os temores que surgiram à medida que cuidados não parentais formais passaram a ser a norma em muitos países em todo o mundo. A maior esperança era que o cuidado não parental pudesse melhorar significativamente a vida e o desenvolvimento de crianças pequenas, especialmente daquelas que correm maior risco de apresentarem resultados deficientes no desenvolvimento.[1,2] O maior temor era que o cuidado não parental pudesse interferir negativamente nas relações entre pais e filhos, e prejudicar o desenvolvimento social e emocional das crianças.[3] Tipicamente, a mudança nos arranjos de cuidados é atribuída ao movimento das mães rumo ao trabalho fora de casa. No entanto, atualmente até mesmo crianças cujas mães não têm emprego remunerado

costumam participar de arranjos semelhantes.[4] Assim sendo, vemos que o cuidado não parental tem dois objetivos:

1. possibilitar que os pais trabalhem e tenham outras atividades longe de seus filhos
2. oferecer educação e atividades sociais para as crianças.

A demanda por tais metas induziu mudanças no provimento dos cuidados; e a frequência a programas de tipo escolar durante boa parte do dia é hoje quase universal em alguns países já aos 3 anos de idade.[5]

Em grande parte, a pesquisa sobre cuidados não parentais é realizada e publicada em subespecializações, cada uma das quais tem sua própria perspectiva, como se reflete nas revisões. McCartney descreve a pesquisa sobre cuidados não parentais como um processo que evolui em estágios: de comparações simples entre crianças que recebem e não recebem esse cuidado à análise dos efeitos da qualidade – com controle de características das famílias – ao exame das influências conjuntas dos contextos de cuidado não parental e na família. Peisner-Feinberg categoriza a pesquisa de acordo com seu foco em:

1. intervenções que visam melhorar a educação e o desenvolvimento; ou
2. cuidado não parental comum, disponível para a população em geral.

Ahnert e Lamb tendem a focalizar as relações com os pais, com outros cuidadores e com outras crianças. A fragmentação da pesquisa por especialidades limita a clareza das conclusões de sua revisão. No entanto, todos os autores reconhecem que, para que a pesquisa possa ampliar nossa compreensão sobre os efeitos do cuidado não parental sobre o desenvolvimento, é preciso que se torne mais multidisciplinar, e que englobe a ecologia social mais ampla.

Pesquisas e conclusões

Os autores dessas revisões identificam como objetivo primário de suas pesquisas a produção de estimativas sobre os efeitos das diferenças entre as experiências de cuidado não parental na infância sobre o desenvolvimento linguístico, cognitivo, social, emocional e físico e o bem-estar da criança, tanto no presente quanto projetado no futuro. As dimensões de experiência que mencionam como importantes incluem a idade em que se inicia o cuidado, o número de horas em que é oferecido, o tipo de cuidador e de contexto, e a qualidade. Qualidade tem sido definida em termos tanto de processo (atividades) como de estrutura (características do educador, tamanho

do grupo etc.) e em muitos países varia de deficiente a medíocre.[6-7] Não se espera que os efeitos das variações sejam uniformes; espera-se, antes, que variem com as características das crianças, de suas famílias e dos contextos sociais mais amplos em que vivem. Na verdade, os pesquisadores passaram a ver o cuidado não parental e as experiências em casa como fatores determinados em conjunto.[8]

De maneira geral, as pesquisas nos oferecem motivos para ter esperanças, e minimizam os principais temores. No entanto, essas revisões, em particular, levantam questões sobre a possibilidade de esperarmos benefícios cognitivos e sociais apenas modestos, que podem ser, pelo menos parcialmente, neutralizados por efeitos negativos modestos sobre o comportamento social e a saúde. A meu ver, é desejável uma avaliação mais otimista sobre o potencial do cuidado não parental para a promoção do desenvolvimento, com base em uma revisão um pouco mais ampla das pesquisas, com maior ênfase em educação.

Até o momento, os efeitos positivos imediatos e mais duradouros da qualidade do cuidado sobre o desenvolvimento linguístico, cognitivo e o desempenho escolar foram confirmados por resultados convergentes de estudos longitudinais amplos, razoavelmente representativos, e de ensaios menores, com amostragens aleatórias, com acompanhamento de longo prazo.[2,9-13] As contribuições para essa base de conhecimentos incluem revisões meta-analíticas de intervenções e de estudos longitudinais extensos realizados em vários países.[2,14,15] Os resultados negativos nos domínios cognitivo e social encontrados em alguns estudos podem ser atribuídos a limitações inerentes a seu planejamento, a amostras e a medidas. Benefícios têm sido relacionados mais frequentemente à qualidade das creches, e é justificável pesquisar em maior profundidade os efeitos de outros tipos de cuidado.[2] Segundo evidências da literatura educacional mais ampla,[16,17] a qualidade dos educadores e o tamanho do grupo são aspectos importantes para a qualidade. Os resultados relativos à extensão dos benefícios resultantes da qualidade do cuidado são variáveis – pelo menos em alguns domínios –, e talvez sejam mais evidentes para crianças menos favorecidas do que para outras crianças. No entanto, de maneira geral, esses resultados seriam consistentes com as conclusões de estudos educacionais e de intervenção.[11-16]

Há também pesquisas suficientes para concluir que o cuidado não parental não constitui uma ameaça séria para as relações da criança com seus pais ou para o desenvolvimento emocional da criança. A sensibilidade materna é muito mais importante do que as experiências de cuidado não parental no que se refere ao apego; e, em grande parte, a influência dos cuidados prestados pelos pais está relacionada com a influência do cuidado não parental. No entanto, a evidência

acumulada mostra que um maior número de horas sob cuidado não parental está associado à maior incidência de problemas comportamentais. O estudo do NICHD confirma essa associação, e esses resultados não são mediados por qualidade.[18] Um estudo recente, e ainda mais amplo, de instituições para crianças em idade pré-escolar, na Inglaterra, produziu resultados até certo ponto semelhantes: crianças que começaram mais cedo a receber cuidados não parentais apresentaram níveis um pouco mais elevados de comportamento antissocial ou ansioso – um efeito reduzido, mas que não foi eliminado por cuidados de melhor qualidade.[19] No mesmo estudo, verificou-se que o início mais precoce do cuidado não parental não afetou outras medidas sociais (como independência e concentração, cooperação e adequação, e sociabilidade com pares), mas melhorou o desenvolvimento cognitivo.

O viés de seleção é um problema potencial para a maioria dos estudos sobre cuidado não parental, uma vez que pode confundir diferenças nas características da criança e da família com variações nos contextos de cuidado não parental. O viés de seleção é especialmente preocupante em pesquisas que relacionam o cuidado não parental a problemas de comportamento, porque é plausível que a causalidade opere na direção inversa. É possível que crianças com altos níveis de comportamento antissocial sejam colocadas sob cuidados não parentais durante um número maior de horas devido à esquiva dos pais ou à sua esperança de que isso contribua para melhorar os problemas de seus filhos. Nesses casos, são particularmente valiosas abordagens realmente experimentais. Um ensaio aleatório do *Early Head Start* verificou que um grupo de tratamento teve mais horas de cuidado e menos problemas comportamentais nos anos pré-escolares.[20] Outros estudos experimentais com crianças em idade pré-escolar encontraram taxas mais baixas de problemas comportamentais, desordens de conduta, delinquência e criminalidade adulta em sujeitos que haviam recebido cuidados não parentais mais precocemente.[9,21]

Implicações para políticas e desenvolvimento de serviços

Todos os artigos consideram que a qualidade do cuidado frequentemente é baixa, e a principal razão é o custo relativamente alto de serviços de qualidade. Por exemplo, a qualidade do educador tem grande influência sobre a qualidade geral do cuidado e seus benefícios para a criança – um fator que também depende significativamente de compensações.[22] Aparentemente, os pais têm dificuldade em custear ou perceber a necessidade de cuidados de boa qualidade. Há variações entre os países com relação ao entendimento de que o provimento de cuidados não parentais de boa qualidade seja responsabilidade do governo, a ser sustentado por regulamentos e financiamento público.[5] Uma vez que o apoio à educação é amplamente reconhecido como uma

função apropriada do governo, parece que alguns países ainda não avaliam corretamente o papel educacional do cuidado não parental para as crianças. Análises da relação custo-benefício das intervenções indicam margens amplamente positivas, sugerindo que mesmo benefícios pequenos ou moderados decorrentes da qualidade do cuidado são suficientemente importantes para garantir a regulamentação e o apoio financeiro dos governos em favor de todas as crianças.[23,24]

Uma comparação entre resultados de ensaios clínicos randomizados de intervenção e outros estudos sobre cuidado não parental levanta a preocupação de que estudos não experimentais possam produzir resultados excessivamente pessimistas.[9] Mais especificamente, o viés de seleção pode levar a superestimar os efeitos negativos referentes ao comportamento social. Práticas educacionais deficientes e a falta de preocupação com o currículo podem levar a subestimar os benefícios potenciais de cuidados de boa qualidade em todos os domínios do desenvolvimento. Verificou-se que uma abordagem educacional aos cuidados não parentais afeta fortemente, por exemplo, o desenvolvimento socioemocional. Mas os estudos sobre cuidados não parentais não examinaram adequadamente de que forma melhorias pedagógicas e orientadas para a intervenção poderiam melhorar os resultados.[25] São necessários ensaios clínicos randomizados nos quais sejam sistematicamente variados e medidos fatores como a população, o cuidado não parental e as características do contexto, de forma a desatar os nós que limitam conclusões claras para políticas e práticas.

Referências

1. Leseman P. Early childhood education and care for children from low-income or minority backgrounds. OECD, 2002 Available at: http://www.oecd.org/dataoecd/48/15/1960663.pdf. Accessed December 1, 2003.
2. NICHD Early Child Care Research Network. Modeling the impacts of child care quality on children’s preschool cognitive development. *Child Development* 2003;74(5):1454-1475.
3. Belsky J. Developmental risks (still) associated with early child care. *Journal of Child Psychology and Psychiatry and allied disciplines* 2001;42(7):845-859.
4. Casper LM, Bianchi SM. *Continuity & change in the American family.* Thousand Oaks, CA: Sage Publications; 2002.
5. Kamerman SB, ed. *Early childhood education and care: International perspectives. The report of a consultative meeting.* New York, NY: The Institute for Child and Family Policy at Columbia University; 2001.
6. Tietze W, Cryer D. Current trends in European early child care and education. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science* 1999;563:175-193.
7. Goelman H, Doherty G, Lero D, LeGrange A, Tougas J. *You bet I care: Caring and learning environments: Quality in child care centers across Canada*. Guelph, ON: Centre for Families, Work and Well-Being, University of Guelph; 2000.
8. Ahnert L, Lamb ME. Shared care: Establishing a balance between home and child care settings. *Child Development* 2003;74(4):1044-1049.

9. Barnett WS. Early childhood education. In: Molnar A. ed. *School reform proposals: The research evidence.* Greenwich, Conn: Information Age Publishing; 2001:1-26.

10. McKay H, Sinisterra L, McKay A, Gomez H, Lloreda P. Improving cognitive ability in chronically deprived children. *Science* 1978;200(4339):270-278.

11. Peisner-Feinberg ES, Burchinal MS, Clifford R, Culkin M, Howes C, Kagan SL, Yazejian N, Byler P, Rustici J, Zelazo J. *The children of cost, quality and outcomes go to school.* Chapel Hill, NC: University of North Carolina, Frank Porter Graham Child Development Center; 1999.

12. Reynolds AJ. Educational success in high risk settings: Contributions of the Chicago Longitudinal Study. *Journal of School Psychology* 1999;37(4):345-354.

13. Campbell F, Pungello E, Miller-Johnson S, Burchinal M, Ramey C. The development of cognitive and academic abilities: Growth curves from an early childhood experiment. *Developmental Psychology* 2001;37(2):231-242.

14. Leseman PPM, Fahrenfort M, Hermanns JMA, Klaver AW. *De experimentenpovoedingsondersteuning: Leermomenten en toekomstperspectieven*. Den Haag, Neth: Ministerie van VWS; 1998.

15. Sammons P, Sylva K, Melhuish E, Siraj-Blatchford I, Taggart B, Elliot K. *Technical Paper 8a: Measuring the impact of pre-school on children's cognitive progress over the preschool period.* London, UK: Institute of Education, University of London; 2003.

16. Finn JD. Class-size reduction in grades K-3. In: Molnar A, ed. *School reform proposals: The research evidence.* Greenwich, Conn: Information Age Publishing; 2001:27-48.

17. Glass G. Teacher characteristics. In: Molnar A, ed. *School reform proposals: The research evidence.* Greenwich, Conn: Information Age Publishing; 2001:155-174.

18. NICHD Early Child Care Research Network. Does amount of time spent in child care predict socioemotional adjustment during the transition to Kindergarten? *Child Development* 2003;74(4):976-1005.

19. Sammons P, Sylva K, Melhuish E, Siraj-Blatchford I, Taggart B, Elliot K. *Technical Paper 8b: Measuring the impact of pre-school on children's social/behavioural development over the preschool period.* London, UK: Institute of Education, University of London; 2003.

20. Love J, Harrison L, Sagi-Schwartz A, van Ijzendoorn MH, Ross C, Ungerer JA, Raikes H, Brady-Smith C, Boller K, Brooks-Gunn J, Constantine J, Eliason Kisker E, Paulsell D, Chazan-Cohen R. Child care quality matters: How conclusions may vary with context. *Child Development* 2003;74(4):1021-1033.

21. Raine A, Mellingen K, Liu J, Venables P, Mednick S. Effects of environmental enrichment at ages 3-5 years on schizotypal personality and antisocial behavior at ages 17 and 23 years. *American Journal of Psychiatry* 2003;160(9):1627-1635.

22. Barnett WS. *Better teachers, better preschools: Student achievement linked to teacher qualifications*. New Brunswick, NJ: NIEER; 2003. Issue 2.

23. Barnett WS. *Lives in the balance: Age-27 benefit-cost analysis of the High/Scope Perry Preschool Program.* Ypsilanti, MI: High/Scope Educational Research Foundation; 1996.

24. Masse LN, Barnett WS. A benefit-cost analysis of the Abecedarian early childhood intervention. National Institute for Early Education Research (NIEER) Web site. Available at: http://nieer.org/resources/research/AbecedarianStudy.pdf. Accessed May 30, 2011.

25. Schweinhart LJ, Weikart DP. *Lasting differences: The High/Scope Preschool Curriculum Comparison Study through age 23.* Ypsilanti, MI: High/Scope Educational Research Foundation; 1996.